

EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO XII - Nº 221 - DE 20 DE AGOSTO A 02 DE SETEMBRO DE 2001 - R\$ 1,00

## **Argentina vive crise revolucionária: ou as massas derrotam o governo pela revolução ou serão esmagadas**



**61 anos da  
morte de Trotsky:  
Em defesa do marxismo**

**Greve em 36 universidades federais:  
Por uma greve geral nacional  
da educação, organizada pela base.  
Convocar imediatamente Congressos,  
plenárias e assembléias das  
organizações sindicais e estudantis  
para aprovar uma pauta unificada, eleger  
um comando nacional de greve e ir às ruas  
contra FHC e os governos estaduais!**

**Abaixo a perseguição política aos professores  
Pela readmissão imediata e fim dos processos  
contra os grevistas. A burocracia da Apeoesp  
colaborou com a ofensiva repressiva do governo.**

**Viva o 66º aniversário do POR boliviano!  
Viva a revolução e ditadura proletárias!**

# Responder a crise com a frente única antiimperialista

## Combinar as reivindicações vitais com as tarefas antiimperialista

A ida do governo ao FMI em busca de 15 bilhões de dólares mostra mais uma vez a falência da burguesia brasileira e a submissão do país ao imperialismo.

O Brasil tem uma carga tributária que é uma das maiores do mundo. Esta se agigantou ultimamente sob a pressão dos credores e vigiada pelo "acordo" com o FMI. Diminuiu-se os gastos da União através do arrocho salarial ao funcionalismo, cortes em verbas sociais e redução de investimento e aumentou-se a arrecadação. Inclui-se aí a "Lei de Responsabilidade Fiscal". O superávit primário não só atingiu a meta exigida pelo FMI (3,5% do PIB) como a superou. Mesmo assim, a inadimplência do Estado e a possibilidade de não ter como pagar os credores se colocou.

Com a desvalorização da moeda, os produtos brasileiros ficaram mais baratos para os importadores estrangeiros, o que foi tomado como sinal de equilíbrio das contas externas, favorável aos credores. Mais venda, mais dólares e melhores condições para saldar as dívidas. Mas ocorre que o comércio mundial é monopólio das multinacionais e do poderoso capital comercial (e financeiro). Os preços das mercadorias brasileiras desabou, tendo-se de exportar mais para receber o mesmo valor.

Resultado: mais endividamento, mais sangria, mais atraso econômico, mais subordinação ao capital parasitário.

Resultado: mais combustível às tendências recessivas, mais quebra econômica, mais desemprego, mais arrocho, mais fome e miséria para as massas trabalhadoras.

A queda econômica progressiva nos Estados Unidos configura uma situação de retração mundial, que pode desembocar numa violenta recessão generalizada. Fatalmente, comprimirá o comércio e a produção nas semicolônias em maior escala que a atual.

A política econômico-financeira do governo brasileiro responde aos objetivos do capital parasitário. Atua em favor da desintegração da semicolônia. O novo acordo, tão sigiloso que nem mesmo o Congresso teve acesso, imporá metas mais violentas contra o país e as massas.

Mas há um novo quadro político. No seio das massas manifesta-se um grande descontentamento com o governo anti-nacional e antipopular. Por sua vez, a coalizão partidária que comanda o Estado se encontra em frangalhos, golpeada por disputas internas e pelos constantes escândalos de corrupção. E por detrás da crise política estão os resultados nefastos da orientação pró-imperialista. A necessidade do governo aprofundar ainda mais essa via acirra as contradições.

O reformismo que capitulou frente ao Plano Real e às medidas que seguiram a "reforma" monetária procura canalizar o descontentamento dos explorados para as ilusões democráticas. Ou seja, para as eleições e um novo governo de oposição, diferenciando-se quanto à demagogia social, humanitária, ética e de política econômica voltada aos interesses internos.

O problema colocado pelas forças burguesas é o de evitar que a decomposição crescente do governo do PSDB, da coalizão, seja tomada pelas massas famintas como um sinal de fraqueza da burguesia, do Estado. A onda de greve no aparato repressivo (polícia) é um importante sintoma da gravidade da crise governamental.

Os anos seguidos de esmagamento salarial, alta taxa de desemprego e subemprego, bem como de destruição de conquistas sociais, acompanhadas de privatização de serviços públicos, constituem um dos fatores da explosiva contradição. O principal disso está em que o governo está obrigado a avançar mais nesse caminho antioperário e antipopular.

A classe operária sofreu uma tremenda pressão para não se contrapor ao plano FHC. A burocracia sindical se valeu do terror do desemprego para contribuir com a tal da flexibilização do trabalho. E fez da estabilidade inflacionária um instrumento em favor do aumento da taxa de exploração do trabalho, de subserviência frente à liquidação de conquistas (previdência etc) e de paralisia diante do desemprego crescente.

O movimento camponês, preponderantemente de sem-terra, foi isolado da

classe operária. Pôde se potenciar com as ocupações e a organização nacional. O que pareceu, em princípio, aproveitar o próprio refluxo do movimento operário. Não tendo o perigo de se conformar um movimento revolucionário de unidade cidade e campo, a burguesia e seu governo puderam administrar o conflito, com migalhas e com repressão.

No último período, a luta dos sem-terra tem se ressentido dos limites impostos pelo Estado. Necessita da aliança com o proletariado para avançar. O isolamento anterior mostrou-se negativo desde o momento em que as ilusões na distribuição de terra negociada com o governo se mostraram inviáveis e o governo delineou a meta de conter o movimento camponês a qualquer custo. A retomada do movimento operário possibilitará colocar a unidade dos explorados na luta de classe.

As reivindicações salariais, emprego e condições de vida opõem as massas ao governo e à diretriz pró-imperialista. São o ponto de partida para alcançar a unidade da maioria oprimida. A organização da luta coletiva contra a fome e a miséria se concretiza em torno das necessidades mais prementes dos trabalhadores. Deve-se trabalhar pela constituição dos comitês unitários para potenciar a ação direta.

Coloca-se a necessidade de combinar as bandeiras de reposição das perdas, salário mínimo real, escala móvel das horas de trabalho, defesa da escola, saúde, previdência pública, terra aos camponeses com as bandeiras antiimperialistas de não pagamento da dívida externa, recuperação das estatais sob o controle operário, expropriação do grande capital, abertura dos segredos comerciais dos monopólios, dos acordos secretos com o imperialismo.

A frente única antiimperialista é tática para a situação. Trata-se de um instrumento para viabilizar a combinação das reivindicações vitais com as de combate à opressão do grande capital interno e externo, e unir o proletariado com os camponeses e demais explorados. A unidade da maioria nacional oprimida sob a direção da classe operária é estratégica para enfrentar a próxima etapa de crise econômica e política.

# Argentina não obtém apoio dos EUA e crise avança no Brasil

A notícia de que o governo ianque não daria seu aval a um empréstimo do FMI à Argentina enquanto não fosse apresentado e aprovado um plano para zerar o déficit público argentino fez com que a crise brasileira desse mais um passo à frente.

A imposição dos EUA é a de que o governo Argentino tem de garantir o sustento do parasitismo financeiro, e, para isso, aprofundar ainda mais sua política antinacional e antipopular. O plano atual do ministro Cavallo é de corte de 16% dos salários dos servidores públicos, aumento e criação de impostos e cortes de gastos públicos, o que tem levado a revoltas populares por todo o país. Para zerar o déficit, os salários terão de ser cortados em cerca de 50%, e os impostos terão de ser maiores.

No Brasil, as consequências dessas notícias foram o aumento do dólar para R\$ 2,52 e a queda nas bolsas e valores.

A inflação divulgada nos primeiros sete meses já ultrapassou a meta com o FMI, e a desvalorização do real tende a

acelerar esses índices.

O crescimento da economia deve ficar abaixo dos 2% em 2001, o que significa estagnação.

Diante desse quadro, o governo se põe a negociar medidas com as frações burguesas de modo a atenuar os efeitos da crise. Como o desgaste do governo é grande e a divisão burguesa é crescente, com denúncias de corrupção aflorando todos os dias, fica difícil aprovar cortes de verbas de interesse capitalista ou aumento geral de impostos. A alternativa é descarregar todo o peso da crise sobre as massas: taxando os inativos (aposentados), cortando mais a fundo o orçamento da educação e saúde etc. A economia salarial vem com a desvalorização dos vencimentos, comidos pela inflação sem reposição.

A estagnação econômica tem levado a mais demissões, realizadas sob o pretexto do apagão. A desvalorização dos salários sem reposição é uma medida de arrocho em benefício dos capitalistas.

A crise econômica impulsiona a crise

política. Os bandos burgueses não encontraram ainda uma estratégia para as eleições de 2002 e a própria aprovação de novas medidas econômicas esbarra num Congresso paralisado pelas disputas ao redor das denúncias de corrupção.

A situação favorece amplamente um movimento nacional de luta unificada pela derrubada integral do plano de FHC/FMI. O descontentamento é grande, a disposição de luta é demonstrada em várias greves e movimentos, as campanhas salariais ocorrem simultaneamente nos próximos meses, a repressão está enfraquecida pela crise nas PMs, a burguesia está dividida. Mas o problema é que as direções majoritárias estão empenhadas em preservar a atual política econômica e atuam como um bloqueio à unificação das lutas, apregoando o disticionismo eleitoral.

A luta revolucionária consiste em impulsionar as tendências gerais de luta e unidade grevista pelas reivindicações e combater as políticas conciliadoras e eleitoreiras.

## Mais um acordo com o FMI:

# A recessão que se avizinha e a resposta dos trabalhadores

Governo admite que a economia vem sofrendo recuo e que fortalece a tendência recessiva. Na melhor das hipóteses, o PIB crescerá 2,5%; o IBGE refez sua projeção de 3,2% para 2%. A retração significa mais desemprego, esmagamento salarial, miséria e fome.

Já há muito, o crescimento econômico tem sido medíocre, o que reflete o estreitamento crescente do mercado mundial e a insuficiência do interno. Este último refrata as condições mundiais do desenvolvimento capitalista, que entra numa fase aguda da crise estrutural reavivada no pós-guerra. Trata-se da emergência do choque entre as forças produtivas (torça de trabalho e tecnologia) e as relações de produção, que alcançaram um alto grau de concentração monopolista (propriedade privada dos meios de produção e distribuição concentrados

nas mãos de um punhado de multinacionais).

As forças produtivas mundiais já não podem avançar de acordo com sua potencialidade dada a concentração monopolista e o gigantesco aumento da pobreza dos trabalhadores. Paira sobre as forças produtivas o parasitismo financeiro que caracteriza a fase imperialista do capitalismo e de sua crise histórica, ou seja, de freio ao livre desenvolvimento e de quebra de forças produtivas.

Com a retração norte-americana, configura-se uma situação de recessão mundial. Os países atrasados (semicolônias) são os primeiros a sofrer o impacto da desintegração. Não só por constituírem o elo mais débil das relações capitalistas mas também por serem obrigados a seguir a política econômica das potên-

cias (imperialismo). O novo acordo com o FMI (sigiloso), a elevação das taxas de juros, aumento das tarifas, contenção salarial, altos impostos, privatizações, o desfalque do país para remunerar o capital parasitário (dívida interna e externa elevadas à altura no governo FHC) etc atuam sobre a economia no sentido desintegrador.

Como se vê, os trabalhadores não podem esperar da burguesia e seu Estado senão mais opressão e sofrimento. A resposta tem de ser a defesa combinada das reivindicações vitais com as bandeiras antiimperialistas. Os eleitores do PT resmungam contra o FMI, mas há muito já capitularam. A classe operária terá de passar por cima da política petista para se defender e marchar rumo à revolução. A luta antiimperialista é uma tarefa colocada no seu caminho.

# Senadores do PT encurralados por Malan defendem pagamento da dívida

Na segunda semana de agosto, o ministro Pedro Malan foi ao Senado Federal para dar explicações sobre o acordo com o Fundo Monetário Internacional. Interpelado pelos senadores do PT, acusou-os de irresponsabilidade. Baseou-se na página do PT na Internet, que contém um plebiscito sobre a dívida externa, idêntico ao realizado pela CNBB, PT,

CUT, MST etc há alguns meses, que indaga sobre uma auditoria sobre a dívida externa na primeira questão. Os senadores do PT, encabeçados por José Eduardo Dutra, afirmaram que esse plebiscito foi elaborado pela CNBB, que apenas apoiaram a iniciativa, e que o PT defendia sim o pagamento da dívida externa, apenas com uma renegociação.

A negativa covarde dos senadores em assumir um plebiscito tão inofensivo quanto o da CNBB, que nem mesmo propõe o não pagamento e sim uma auditoria (que só puniria o "ilícito", mas preservaria o "lícito") é prova de quanto o PT assumiu a política neoliberal e pretende se colocar como instrumento de sua aplicação se chegar ao governo.

## Constituir um Tribunal Popular contra a corrupção dos parlamentares e do governo

Por toda parte vaza podridão. O presidente do Senado, Jader Barbalho, licenciado para se defender das acusações de ladroagem, posa de vítima de conspiração. De fato, as denúncias de uns contra os outros só acontecem porque as quadrilhas de políticos burgueses disputam os postos do Estado para continuar roubando.

Está mais do que claro que o presidente do Senado é grilheiro, cometeu peculato, organizou quadrilha de falsários e ficou milionário. Essa prática é generalizada no interior do Estado. Reflete o capitalismo e sua burguesia decadente.

A ladroagem do dinheiro público e os privilégios da pequena elite de políticos da burguesia contrasta com a fome e miséria da maioria. São esses ladrões e falsários que dirigem o País a serviço dos industriais, banqueiros, comerciantes e latifundiários. São eles que entregaram as estatais ao imperialismo, acabaram com a Previdência pública, destroem os serviços sociais etc.

Logo vêm aqueles que roubam menos e mais escondido a gritar por ética, honestidade e respeito ao povo. Os bandidos menores vestem o véu da castidade para salvar o Congresso da desmoralização. Usam da ladroagem de seus amigos - não se deve esquecer que todos mamam no cofre público - para dizerem "sempre há os ruins entre os bons", "olhem, somos diferentes, honestos, éticos", "vamos votar certo na próxima eleição".

Os trabalhadores devem tapar o nariz para não se intoxicarem com cheiro dos castos burgueses, exploradores, opressores. Os eleitores do PT e seus aliados fazem carnaval em torno das CPIs. Todos os dias têm motivo para querer as CPIs. Mas tudo termina em farsa. A CPI é igual a: ladrão investigando ladrão.

A classe operária tem seus meios próprios para enxotar a corja: sair às ruas defendendo emprego, salário, terra aos camponeses, expulsão do imperialismo e punição aos políticos ladrões. É preciso através da mobilização constituir um tribunal popular para responder aos crimes da burguesia contra o povo.

## Rechaçar o ataque do governo aos inativos

O governo vendilhão e corrupto de FHC voltou a exigir do Congresso, também vendilhão e corrupto, que aprove a emenda que taxa os inativos. Essa é a quinta tentativa de se aprovar a taxação. É tão escandalosa a medida que os parlamentares evitaram sancioná-la. Mas o governo sempre volta à reapresentá-la.

Desta vez, a pressão é ainda maior. Os aposentados e pensionistas servidores são colocados como os grandes responsáveis pelo déficit público.

FHC, ao recorrer ao novo empréstimo do FMI, ouviu dos gaviões que tem de taxar os inativos. O serviço do capital imperialista voltou a toda carga.

Como se vê, o capitalismo apodrecido suga até a última gota de sangue dos trabalhadores. A saída dos explorados é destruir esse governo e o regime de exploração pela revolução proletária.

Imediatamente, é preciso que a classe operária saia em defesa dos inativos. Nossa bandeira: fora com a taxação! Abaixo o governo corrupto e vendilhão!

Burocratas dirigentes da CUT, vocês estão de braços cruzados vendo o governo atacar os inativos. Bando de colaboracionistas, vocês fizeram o mesmo quando FHC lançou a reforma da previdência.

Operários, temos de construir uma direção revolucionária para a CUT e sindicatos. Começemos por rechaçar a política conciliadora do PT e sua burocracia sindical, bem como os vendidos da Força Sindical.

Fora com a taxação dos inativos!

Fora com as medidas impostas pelo FMI!

## **PSTU:**

# **uma candidatura em favor de outra**

A edição nº 120 do Opinião Socialista, órgão central do PSTU, traz na capa o lançamento da pré-candidatura de Zé Maria à Presidência para as eleições de 2002. Essa pré-candidatura afirma servir à defesa da frente dos trabalhadores com programa anticapitalista. Poderia parecer contraditória com a bandeira do jornal anterior, que colocava "por um governo de Lula com vice do MST". Alguém poderia se entusiasmar pensando que o PSTU estaria lançando uma campanha contra o reformismo petista. Mas a segunda página desfaz qualquer ilusão: "Se Lula e o PT estiverem dispostos a romper com a burguesia e assumir um programa de ruptura com esse modelo que está aí, retiraremos nossa pré-candidatura". De cara se vê que não é uma candidatura pra valer.

Nas eleições passadas, o PSTU lançou Zé Maria em contradição com as candidaturas de direita, mas nunca contra Lula. Chamavam a "votar nos dois candidatos da classe". Ou seja, contra Maluf, votasse em Zé Maria. Mas se fosse votar em Lula, tudo bem, não precisava votar no candidato do PSTU. Afinal, no segundo turno, o PSTU já tinha anunciado que apoiaria o PT...

Sua política atual é pior. O lançamento de sua candidatura é uma farsa, serve apenas para apoiar a candidatura do PT e envernizá-la com tinturas esquerdistas, que jamais serão assumidas pelo PT. O programa que o PT defenderá em 2002 foi amplamente divulgado nos meios de comunicação e não tem nada de anticapitalista, nem mesmo de "ruptura com o modelo que está aí". Ao contrário, é na sua essência precisamente o "modelo que está aí".

O PSTU apoiará o PT que empunha um programa pró-imperialista, defesa do pagamento da dívida, de preservação do CPMF, de privatizações, de cortes de gastos públicos etc. Seu seguidismo che-

gou ao ponto mais elevado.

Nem mesmo a sua própria política é defendida consequentemente. Nos últimos anos, o PSTU tem defendido a bandeira de "Fora FHC", que temos criticado como de conteúdo eleitoreiro, de antecipação das eleições, de desvio dos movimentos para a disputa eleitoral. Nesse mesmo número do jornal, o PSTU agrega à "Fora FHC, o FMI já!" o "Antecipar as eleições". A confissão é dupla: primeiro, reconhece o conteúdo eleitoreiro da bandeira; segundo, que está subordinada ao reformismo, pois ao mesmo tempo em que pretende a antecipação lança uma pré-candidatura para 2002, para a seguir apoiar Lula.

Mentem aos trabalhadores quando dizem que Lula pode assumir as bandeiras anticapitalistas, que o PT já rejeitou desde sempre e agora com mais veemência. Nem a direção petista da CUT, nem a estalinsita da UNE, nem MST ou PT defenderam, defendem ou defenderão a ruptura com o imperialismo e o não pagamento da dívida; reestatização das privatizadas sob controle operário; estatização do sistema finan-

ceiro; escala móvel de horas de trabalho; entrega das terras aos sem-terra e fim do latifúndio; educação, saúde e previdência totalmente estatais para todos (estatização da rede particular) e finalmente a revolução proletária. Na verdade, nem mesmo o PSTU defende essas bandeiras, já assumiu as do reformismo.

A estratégia do governo dos trabalhadores se revela eleitoreira, pois corresponde concretamente ao governo democrático e popular do reformismo. De nada adianta enfeitá-la com o palavreado da mobilização e lutas, que segundo a política do PSTU servirão à conquista eleitoral.

O PSTU nega com sua linha centrista a chance de uma intervenção independente nas eleições, que teria de se basear numa candidatura que expressasse o programa proletário da revolução socialista e se contrapusesse aos partidos e candidatos burgueses e ao reformismo vendido aos capitalistas. O caminho seguido pelo PSTU é o de seguir o reformismo decadente e impotente diante da crise capitalista.

## **Vice do MST é fraude da aliança operário e camponesa**

O PSTU, ao defender a bandeira de Lula com vice do MST, expõe a oposição ao Programa de Transição e ao programa dos Quatro Primeiros Congressos da III Internacional Comunista, que defendem, para os países atrasados, a necessidade da aliança da classe operária com o campesinato para realizar a revolução proletária.

A bandeira do PSTU é a de uma aliança eleitoral, e que tira do MST aquilo que tem de mais progressivo: o emprego da ação direta como tática essencial, pelo método das ocupações. Se se realizasse a composição eleitoral pretendida pelo PSTU, o MST estaria depositando as esperanças dos milhões de sem-terras que hoje ocupam os latifúndios nas mãos de uma frente eleitoral pró-capitalista, que jamais irá resolver o problema da terra. O PSTU, se caracteriza pelo centrismo mais acabado, é pródigo em inverter fórmulas aparentemente revolucionárias para acobertar uma adaptação à democracia burguesa e seu seguidismo ao reformismo.

**Rondônia**

# Romaria da Terra: campanha eleitoral do PT

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), organismo da Igreja católica, esteve à frente da romaria da terra, que foi o município de Ji-Paraná (RO). O tema era "Plantar, colher, comer e viver", referência à agricultura familiar. A CPT apresentou 5 compromissos a serem seguidos pelos camponeses: 1) "Amar e preservar a terra e os seres da natureza; 2) produzir alimentos para acabar com a fome; 3) evitar a monocultura e o uso de agrotóxicos; 4) cuidar das nascentes, rios açudes e poços; 5) jamais vender a terra conquistada.

A Igreja arregimentou milhares de camponeses pobres e movimentos, calcula-se 15 pessoas. O prefeito da cidade, Acir Gurgaz (PDT) apoiou a iniciativa e através do grupo Cascavel/Eucatur (monopólio de empresas de transporte interestaduais) ofereceu os ônibus para a romaria. Contou também com a colaboração do vice-prefeito, que é do PT.

Tudo não passou de uma grande festa preparatória para as eleições de 2002.

## 5 compromissos igrejeiros e reformistas

As direções iludem as massas famintas camponesas com falsas promessas. Isso porque: 1) para derrubar o poder dos latifundiários e entregar a

terra aos camponeses depende da luta revolucionária contra a burguesia, seus partidos e governo e não da vontade política desde ou daquele partido/governo; 2) evitar a monocultura e uso de agrotóxicos não será fruto de conselhos aos camponeses, mas sim de combate aos latifundiários e as multinacionais; 3) dizer para que não vendam as terras conquistadas é chover no molhado. As condições, que são impostas aos camponeses que conseguiram um pedaço terra, obrigam a vendê-la para não morrer à mingua; 4) preservar a natureza e os seres vivos é esconder a realidade, pois quem destrói os rios, as florestas e matam os animais são os burgueses e as multinacionais; 5) por fim, a fome não se eliminará enquanto existir uma minoria saqueadora e uma maioria trabalhadora.

Os camponeses já fizeram inúmeras experiências com direções igrejeiras, estalinistas e reformistas. O que apresentam como novo aos camponeses, a história já revelou os fracassos. Sem tocar na raiz do problema da terra (estrutura latifundiária) não é possível dar terra aos camponeses e muito menos condições para o plantio e eliminação da fome. O grave é que essas direções chamam os camponeses a escolher, através

do voto, o candidato "compromissado" com os cinco pontos enumerados. Trata-se de um embuste. Isso porque implica em confiar na democracia burguesa, nas eleições, no método pacifista para conquistar as reivindicações.

## Nossa resposta

A luta que pode levar os camponeses pobres a terem acesso à terra implica na derrota geral da burguesia;

A possibilidade de um governo democrático e popular atender as reivindicações dos camponeses e encabeçar a solução das tarefas democráticas do país semicolonial não existe. Isso porque significa que terá de romper com o imperialismo e com a burguesia nacional. Implica em derrubar o sistema capitalista, responsável pela estrutura latifundiária, pela fome, desemprego e expulsão de milhões de camponeses de suas terras;

A Igreja é defensora da propriedade privada dos meios de produção. Não luta para pôr fim à opressão social. É responsável por amortecer a luta de classe, com seus métodos pacifistas/cristãos.

A reforma agrária não será dádiva do Estado burguês. Ao contrário, será resultado da luta de classe para derrubar esse Estado.

A resposta dos problemas agrários virá do proletariado e não dos camponeses. Pelo lugar que ocupam nas relações de produção, os camponeses aspiram a propriedade privada e pretendem resolver seus problemas nos marcos do capitalismo. O que não é possível. Somente o proletariado em aliança com a massa camponesa poderá cumprir essa tarefa.

A defesa das reivindicações democráticas e, particularmente a dos camponeses terem acesso à terra, constitui o ponto de partida da unidade operária e camponesa. Sob a direção do proletariado, os camponeses aguçarão a luta e classe no campo e atuarão no sentido de pôr fim ao sistema de opressão social. A erradicação da fome e miséria, a entrega das terras aos camponeses pobres, a preservação da natureza são obras da revolução e ditadura proletárias.

## Garibaldi golpeia os trabalhadores

# Nossa resposta: aprofundar o enfrentamento com o governo corrupto

No Rio Grande do Norte, Garibaldi segue as diretrizes neoliberais de FHC/FMI. Para acobertar a corrupção, desvio de verbas, cria através da Segov os chamados projetos assistencialistas. Descarrega sobre os servidores públicos o arrocho salarial, os cortes de verbas e as medidas de destruição do ensino gratuito.

Para combater a política governamental é necessário a organização, unidade e ação coletiva dos servidores. Os atos isolados, as "pressões" parlamentares e as CPIs não são capazes de quebrar a ofensiva de Garibaldi.

As diversas categorias em greve no Estado e os dois dias de paralisação dos servidores estaduais mostram a disposição e o caminho para a luta. Cabe às direções sindicais e a CUT organizarem o movimento unitário grevista. O corpo mole da burocracia sindical só favorece o governo. Exijamos assembleia unificada dos servidores para aprovar a pauta de reivindicações, eleger o comando e votar pela greve.

**Professores - SP**

# **Unificar a campanha salarial Assembléia unitária para aprovar o caminho da luta**

Reajuste imediato do salário, emprego a todos, contratação de todos os professores eventuais, abertura de escolas/salas, piso salarial de R\$2000,00 por 20 horas, fim de todas medidas privatistas do ensino: telesalas, redução da grade curricular, parcerias e da farsa do "circuito gestão".

Boa parte das regiões aprovou a convocação de assembléia estadual. A diretoria da Apeoesp, nas subsedes que têm oponentes, votou pela realização de assembléia no final de agosto. Porém, no Conselho (CR) defendeu mais um ato público. O argumento usado, de que se trata de reunir as entidades em torno da campanha salarial e, caso ganhe força, convocar uma assembléia, já é muito conhecido. Na verdade, a campanha unificada pretendida pelas direções é um mecanismo para pressionar o governo a trocar o abono por algum reajuste. Não se trata da organização coletiva dos educadores para enfrentar a política de arrocho, demissão e privatização do governo.

## **Unificar pela base e não de camarilha**

A diretoria da Apeoesp corre atrás dos arqui-pelegos do CPP, Udemo e Apase para a chamada "campanha salarial unificada". Nenhuma dessas entidades move uma palha para convocar professores, diretores e supervisores para ir aos atos, assembléias e manifestações de rua. Ao contrário, a maioria dos diretores e supervisores executam a reforma destruidora do ensino público e são braços do governo para punir os professores grevistas. Na última greve, isso foi descarado. A cúpula dirigente cantava de galo nos palanques da greve e fechavam os olhos aos diretores e supervisores fura-greves e repressores. A unidade de burocratas sindicais não serve para nada.

Para responder à ofensiva governamental contra a educação pública é preciso coesão da classe e unidade com os trabalhadores. E esta se constrói a partir das escolas. As decisões devem ser tomadas coletivamente (em assembléias

unitárias), os comandos de mobilização devem ser eleitos pela base e as ações são conjuntas. Portanto, nada tem a ver com a conversa mole das diretorias sindicais, encasteladas há décadas nessas entidades. Unidade para enfrentar o governo e varrer com os burocratas sindicais.

## **Enfrentar, nas ruas, as medidas privatistas do governo**

Alckmin imporá mais telesalas, reduzirá a carga horária de quase todas as disciplinas, instituirá o ensino religioso para domesticar os alunos, substituirá os funcionários pela polícia, ampliará o trabalho voluntário e os contratos sem nenhum vínculo empregatício e manterá o arrocho salarial. O governo cumpre as

medidas da reforma de destruição do ensino público. Estas terão de ser mais aceleradas e profundas dada a crise econômica e política e as novas diretrizes do FMI (redução dos gastos públicos e cumprimento com os juros da dívida externa).

Não há outro caminho para quebrar essa ofensiva e impor nossas reivindicações de piso salarial, emprego, abertura de escolas enfim de derrubada a reforma governamental senão a luta unitária e de massa. A fragmentação, a falta de coesão da classe, a política distracionista da burocracia sindical só tem fortalecido o governo.

Exijamos assembléia! Exijamos decisões coletivas! Chega de burocratas decidirem por cima da classe! Chega de atos que não levam a lugar nenhum!

## **Governo demite professores grevistas e diretoria da Apeoesp faz coro**

Já passaram dois meses das demissões e nenhuma campanha ostensiva foi feita por parte da Apeoesp. Nesse CR, veio com o "humanismo cristão" de solidariedade aos demitidos. A tal solidariedade se resumia a uma cesta-básica.

Por que a diretoria não pode defender os demitidos? Primeiro, porque não quer desagradar o PSDB; segundo, porque tem a mesma caracterização do governo de que esse professores são violentos; terceiro, porque foi a primeira a recorrer a Justiça para que esta condenasse Antônio Justino (Tonhão). Como se vê, quem é parte não pode defender os demitidos.

O governo usou o instrumento da demissão na tentativa de aterrorizar uma parcela da classe. As medidas de privatização para serem impostas necessitam da repressão e da colaboração dos burocratas.

Chamamos os professores, alunos e trabalhadores em geral a defender nas ruas a readmissão dos demitidos. Defender os companheiros é lutar contra a destruição do ensino público, pois foram demitidos no enfrentamento com o governo. Rechacemos a conduta servil dos parasitas da Apeoesp.

## Contribuição da Corrente Proletária da Educação Proporcionalidade: um dos princípios da democracia operária

O congresso da Apeoesp aprovou o critério de proporcionalidade para a composição da direção do sindicato. A corrente Articulação e PCdoB, diretoria da Apeoesp (que votaram contra), usando de manobra, propuseram a retomada da discussão no congresso de 2001. O congresso deve rejeitar qualquer votação que implique em mudança da decisão já tomada. Cabe à diretoria implementar a proporcionalidade.

Alguns elementos fundamentais de nossa defesa:

O sindicato é o organismo criado pelos trabalhadores para resistir à exploração do trabalho. Porém, o sistema econômico capitalista para se manter necessita exercer pressão sobre os organismos dos oprimidos, com o objetivo de amortecer a luta de classe. A burguesia e seu governo tentam por todos os meios (repressivos ou dentro da legalidade do Estado) intervir nos sindicatos. O fato das direções se distanciarem das bases, apoiarem-se integralmente no aparelhismo, desfrutarem de benesses e usarem os sindicatos como trampolim político/eleitoral tornou-se mais suscetível à interferência do Estado e acabou transformando o instrumento de luta em aparelhos dominados por camarilhas. O que se passa na CUT e com a Apeoesp é que são dirigidos pelo reformismo petista. O que faz da Central e do sindicato um instrumento da orientação democrático e popular do PT. Isso tem levado à formação de uma burocracia e uma rede de protegidos (assessores, dirigentes que sobrevivem não do trabalho mas da remuneração sindical, funcionários cúmplices das falcaturas etc) que estão a serviço da conciliação de classe e em contraposição à luta.

O sindicato de luta de classe, ao contrário do sindicato aparelho, é a primeira escola de organização coletiva dos assalariados contra o capital e o Estado. Como se trata de uma frente única (não se exige filiação partidária para se associar ao sindicato), a sua ação tem de estar inteiramente apoiada na soberania das assembleias e na sua capacidade unificadora das lutas. Portanto, a direção revolucionária do sindicato expressa a luta

de classes geral. Para se definir o caminho da luta e evitar a formação de burocracias, o sindicato tem de ser regido pelos princípios da democracia operária (sindical), onde as instâncias de decisão são coletivas e soberanas. O que se verifica na Apeoesp é o inverso. Prevalece as decisões da diretoria sobre a classe. E tais decisões são conseguidas às custas da eliminação da democracia de base.

A característica mais evidente da burocratização da Apeoesp aparece no distanciamento entre a base e a direção. A diretoria se encontra totalmente fora do controle da classe (base). Perdeu a capacidade de avaliar os reais problemas sentidos pelos professores. Embora aparenta combater a política governamental, a diretoria submete a Apeoesp ao Estado. O combate aos métodos próprios dos trabalhadores (ação direta) e a defesa da via parlamentar/eleitoral é a prova mais contundente. Utiliza o aparelho (sindicato) para impedir a livre expressão e manifestação. Cria mecanismos ("comissão de ética") para punir a militância que denuncia as arbitrariedades na Apeoesp. Usa a Justiça burguesa para incriminar seus opositores. Portanto, está sempre pronta para eliminar qualquer traço da democracia sindical que seja obstáculo a sua permanência no aparelho.

A luta pela democracia sindical é um poderoso instrumento contra a burocratização dos sindicatos. O caminho é o controle direto do sindicato pela base e do exercício da total liberdade de organização, expressão e manifestação para as correntes políticas que atuam na classe. A perpetuidade da diretoria do sindicato (Apeoesp) é mantida com métodos opostos à democracia operária. O fato de se opor à proporcionalidade na composição da direção da Apeoesp é um dos recursos utilizados pela burocracia. Isso porque a proporcionalidade é expressão concreta da intervenção política na classe. As correntes/grupos que atuam e tenham reconhecimento político da classe devem estar na direção do sindicato.

A proporcionalidade é a materialização da própria luta de classe que se processa no interior da direção sindical. As diferentes opiniões que se expressam na

base não podem ser eliminadas por mecanismos de controle repressivo/burocrático. É um dos pontos elevados da democracia operária porque permite que no interior da direção contenha posições reais da classe. Possibilita que a base compreenda as diferentes posições que se manifestam no cotidiano dos movimentos. Capacita e tempera politicamente os trabalhadores no seu combate à burocracia, ao governo e ao sistema de opressão social.

A defesa da proporcionalidade fortalece a ação coletiva da classe. As discussões abertas são decididas pelo voto da classe. Ao invés de enfraquecer a atuação dos trabalhadores, como dizem os burocratas da Apeoesp, possibilitam o crescimento político do conjunto dos educadores no enfrentamento contra o Estado. Esconder uma realidade que é inerente aos organismos sindicais (de frente única) só pode se dar agindo repressivamente contra as diferentes posições que trabalham, atuam e militam no interior do sindicato.

O critério da proporcionalidade é o da representação real no seio da classe. O que significa que, na eleição sindical, a porcentagem obtida deve corresponder ao número de membros na direção. A defesa da proporcionalidade necessariamente deve vir acompanhada também da mais democracia no processo eleitoral. A burocracia sindical da Apeoesp que é contra a proporcionalidade não pode se colocar pelos critérios de igualdade e democracia nas eleições sindicais. O argumento de que a Articulação é a direção da Apeoesp e, por isso, tem de ter maioria nas comissões eleitorais por si só responde aos critérios antidemocráticos, burocráticos e fraudulentos.

Os professores no congresso devem tomar em suas mãos a defesa da proporcionalidade como um dos elos da democracia operária. Como forma de impulsar o instrumento de luta dos trabalhadores (sindicato) para derrotar a política governamental de desemprego, arrocho salarial e privatização da escola pública e pôr fim ao reinado dos burocratas da Articulação em conluio com o PCdoB.



# Balanço do XII Congresso dos Municipais - SINPEEM - SP

No período de 06 a 10 de agosto, ocorreu no Anhembi, o XII Congresso do SINPEEM. Novamente, foi marcado pela política eleitoralista da burocracia sindical Pcdob/PT. Ou seja, foi feito um verdadeiro show de nacionalismo para a categoria com o intuito de garantir o apoio à frente popular que disputará as eleições presidenciais de 2002. Por isso, reafirmou o apoio à frente popular em SP, ao governo de Marta Suplicy, mesmo diante das medidas privatistas e do arrocho salarial que este governo está impondo aos trabalhadores. Continuou alimentando as ilusões de que é um governo "democrático e popular" e procurou no congresso evitar a todo custo fazer o balanço do seu caráter burguês. Alinhou-se com as políticas demagógicas compensatórias eleitoralistas, a exemplo do Renda Mínima e do Orçamento Participativo.

Finalmente, com relação aos salários, reafirmou a suposta divergência com o governo. O choque na Câmara criado em torno dos 25% de reajuste ao funcionalismo, proposto pelo presidente sindicato, hoje vereador, contra os 40% para o alto escalão proposto por Marta, não passou de um cenário armado pelo caudilho dirigente para se mostrar "representante" dos anseios da categoria que sofre com o arrocho salarial e que está indignada com o governo. Pois, na realidade, não fará o enfrentamento ao governo e nem impulsionará a categoria para lutar sequer por essa migalha salarial. Haja vista que combateu no congresso a proposta do POR de preparar a greve com data indicativa de assembléia unificada com o funcionalismo estadual no fim de agosto e fez aprovar a sua proposta de um calendário corporativo desaguando num ato em setembro e submetido ao calendário do governo, dando a trégua de 6 meses solicitada por Marta para "abrir negociações".

O mais grave é que, após o congresso, continuou alimentando a ilusão de que o governo vai ceder. No jornal do SINPEEM diz: "... acreditamos, demos o voto, torcemos e ingenuamente aguardamos sermos chamados para discutir aquelas promessas de campanha. E o

que vemos? Exatamente o oposto. Nada ... No congresso debatemos ... decidindo em setembro encerrar o prazo de 180 dias ... esperamos que não tenha sido para ganhar tempo ... aguardamos respostas efetivas ... que cumpram o prometido ...".

Essa direção não tem nada de ingênua. Ao contrário, é traidora, pois arrastou os trabalhadores para a mentira e agora se encontra numa sinuca, pois o governo não vai ceder, se não houver luta, e o Pcdob convencerá a categoria a aceitar o que vier, para não abalar a aliança com o governo. E assim submete as reivindicações dos trabalhadores ao jogo sujo eleitoral.

## A posição do POR - luta pela independência de classe

O POR polarizou o Congresso defendendo a tese 5. Procurou combater a política nacionalista/reformista/frente populista do Pcdob/PT, apesar das inúmeras manobras burocráticas feitas para evitar o debate. Defendeu as idéias marxistas, desde a concepção de escola voltada a produção social (politécnica), o método da ação direta contra o eleitoralismo, a independência do sindicato contra o burocratismo. o caudilhismo. As demais correntes fizeram uma pseudo polarização, pois não divergem na essência, pois o seu conteúdo também é frente populista. As idéias revolucionárias marcaram este congresso, chocaram o plenário, que há onze anos é controlado pela política burguesa pacifista, eleitoralista desenvolvida pelas correntes. Ficaram nítidas duas linhas: a da colaboração com o Estado burguês, defendida pelo estalinismo; e a defendida pelo POR, de luta de classe oposta à opressão estatal.

## Um congresso burocrático com aparência democrática

Em primeiro lugar, a dinâmica do congresso foi feita aos moldes do burocratismo da CUT. Inúmeros grupos de interesse, com palestras intermináveis dos intelectuais da academia, ora parla-

mentares, ora do governo. Assim, dos 5 dias de congresso, 3 foram restritos aos palestrantes, que não têm vínculo com o trabalho, cada qual com direito a uma hora e meia, e pagos pelo sindicato. Enquanto que 2 dias foram reservados para o debate das teses, elaboradas com sacrifício pelos trabalhadores da base, que tinham apenas 3 minutos para se apresentar. Conclusão o congresso novamente não cumpriu sua meta por falta de tempo. Os temas sindical, estatutos, foram prejudicados.

Na realidade o congresso foi dirigido ideologicamente pela frente popular, através dos palestrantes convidados, como João Felício, Aldo Rabelo, Secretário da Educação, Secretária da Administração, etc. No congresso de trabalhadores, foi dado o maior tempo para os representantes da burguesia falarem. Com relação às teses, escritas pelos próprios trabalhadores, são secundarizados o seu conteúdo e o debate propositadamente. O plenário foi conduzido a ficar passivo perante as enrolações do governo. A tal ponto que o Secretário elogiou o sindicato por não exigir salários e discutir as novas pedagogias para a sala de aula. Para esses senhores, o conceito de educação é o burguês, ou seja, educar para servir, os professores devem continuar disciplinados e servis ao governo! Os nossos colegas professores não foram incentivados a escrever, debater, e ouvir os próprios colegas. Mas sim a ouvir atentamente os opressores, o governo e os partidos burgueses. O sindicato deixa de cumprir o papel de escola revolucionária, que prepara a luta pelo fim do capitalismo.

Para completar a submissão à política burguesa, é preciso incrementar inúmeras manobras ao Congresso, e impedir os divergentes de se manifestar. A princípio, o critério para tirada de delegados parecia ser democrático à participação da base, pois possibilitou a presença de mais 3000 trabalhadores. Por outro lado, a alta taxa de custo cerceou a presença de inúmeros trabalhadores empobrecidos, inclusive professores. Mas esse valor não foi à toa. Serviu para custear a empresa terceirizada especializada em congressos, desde ali-

mentação até transporte, " aparentemente um trabalho prático necessário em função de tanta gente". Mas, no fundo, a contratação da empresa também serviu para o controle ideológico das correntes políticas. O POR foi impedido de colocar banca, vender jornal inclusive no plenário e passar panfletos. Somente o Pcdob e seus asseclas tinha autorização para fazê-lo.

A perseguição ao marxismo chegou ao ponto dos burocratas proporem nos grupos a exclusão da tese 5 do debate, em função de não estar assinada por pessoas, e portanto representar " uma tese partidária". Os burocratas tentam se mostrar neutros, quando, na realidade, estão de joelhos para a burguesia e são os mais partidários. Mas querem aniquilar os revolucionários que os combatem abertamente e defendem a construção do partido revolucionário contra os partidos burgueses.

### **Para onde vai o PCdoB?**

O PCdoB foi obrigado a atacar a política marxista, encarnada pelo POR,

pois nunca foi um partido marxista, que defende a revolução e o socialismo. Nasceu filho de Stalin. Não é à toa que defendeu no Congresso os princípios anti-marxistas de frente popular, do nacionalismo burguês, do método pacifista /parlamentar em contraposição à ação direta, a exemplo do desarmamento do MST, e chegou a defender a própria figura de Stalin, de não responsabilizá-lo pela restauração capitalista na ex-União Soviética conduzida pela política nacionalista, desenvolvida pós revolução, da viabilidade do socialismo num só país.

No passado, perdeu grande parte de sua vanguarda com a sua política nacionalista do foquismo, que é o oposto da política revolucionária. Hoje, compõe a frente popular, faz alianças até com o PFL, tão criticado no passado pelo "conservadorismo". Defende e desenvolve a política social democrata reformista nos sindicatos que dirige, também muito criticada no passado por eles como conservadores do capitalismo. Tanto é verdade que defende a tal frente antine-

oliberal, burguesa, como se fosse viável nos países atrasados para combater a ALCA, mas não para combater o MERCOSUL, que é mais uma variante imperialista. Defendeu também a política privatista, estatização de alguns setores.

Em relação à concepção de escola, atacou a politécnica, a educação voltada à produção social, o estatismo dirigido pelos trabalhadores, e defendeu a rede privada de ensino. E com relação à polícia, afirmou como o PT, que é possível dar formação pedagógica à guarda civil metropolitana, para não ser tão violenta. Por tudo isso, se vê que não é um partido socialista. Foi obrigado a redigir adendos ao congresso, reafirmando o seu suposto ideal socialista, pois na tese original não consta e foram surpreendidos com a nossa análise.

Aos militantes lutadores, que defendem no socialismo, na revolução é necessário romper com essa política perniciosa e traidora do movimento, que tudo tem procurado para justificar o não combate à burguesia de conjunto.

## **População de F.Morato diz não à municipalização**

Na quinta feira, 16/8, deu-se início a uma manifestação envolvendo em torno de 2000 pessoas entre professores, pais e alunos de F. Morato e região.

A idéia do protesto partiu das informações de que os vereadores e o prefeito (PSDB) haviam aprovado e assinado o projeto de municipalização em F. Morato.

Os manifestantes interditaram uma das ruas centrais da cidade e nem mesmo o aparato policial foi suficiente para impedir o bloqueio. Em seguida, saíram em passeata rumo a prefeitura e quando lá chegaram foram informados de que nem o prefeito, nem seu secretário se encontravam. Isso deixou mais enfurecida a multidão. Apesar dos esforços da burocracia da sub-sede da Apeoesp no sentido de

acalmar o movimento, pedindo para que ninguém dirigisse ao feito com palavras e que mantivessem calmos porque se tratava de uma manifestação pacífica, o manifestantes aumentavam a pressão e não escolhiam palavras para atacá-lo.

Não vendo outra saída, o prefeito concordou em receber a comissão formada por professores, pais e alunos, porém somente às 16:00 horas. Uma nova tentativa de esvaziar o movimento. Apesar de concordar com o horário, um bom número de pessoas, embora reduzido, voltou a se concentrar em frente à prefeitura aguardando o resultado da negociação. Frente a isso, o prefeito demagógicamente disse que nada mais seria feito a não ser após amplo debate com a

população.

Todavia não devemos nos iludir. Sabemos que o governo federal e estadual tem seus testa-de-ferro por toda a parte para levar a cabo as reformas privatistas. Cabe ao movimento ampliar a mobilização. Nenhuma trégua para o prefeito!

Nada de negociata com os vendidos e corruptos!

Sair às ruas para barrar a municipalização!

Exijamos da direção da Apeoesp a convocação de uma assembleia para organizar a luta contra a municipalização e contra a reforma do ensino médio!

Nada de movimento isolado! Unidade dos professores, pais e alunos para derrotar a política de destruição do ensino público!

## 36 Universidades Federais em greve

Das 52 universidades federais pelo país, 36 estão em greve pelas reivindicações, encabeçadas pelo reajuste de 75,48%. Já são mais de duas semanas de greve e cerca de 90 mil funcionários parados. Em muitos casos, os professores e estudantes aderiram à greve.

O MEC não negocia e dá as costas para a paralisação e provável perda

de semestre, que pode ocorrer pela paralisação dos centros de informática, secretarias, bibliotecas e laboratórios, sem falar dos restaurantes e circulares.

O governo FHC, destruidor da educação pública superior, somente está dando de costas porque a greve está isolada. Cabe à UNE, à ANDES, à CUT etc chamarem ime-

diatamente a unificação das lutas de estudantes, professores e funcionários numa greve geral da educação no país. E a unidade com o movimento operário, que pelo vínculo com a produção, será capaz de acabar com a atitude desprezível do governo e impor o atendimento das reivindicações.

### Funcionários de escola - SP

## Construir a Corrente Proletária Contra a Burocratização do Sindicato

A diretoria do sindicato (que, em suas negociações com o governo, foi rebaixando as nossas reivindicações), aceitou um "plano de carreira" que incluía apenas o quadro do QAE. Apesar do arrocho ser de 7 anos, este plano coloca apenas a incorporação das gratificações. Mesmo assim, uma parcela da categoria, que é o QSE, ficou de fora.

Mesmo diante do brutal arrocho salarial imposto pelo governo FHC para sustentar o plano real, a diretoria do sindicato não se intimida em dizer que teve vitórias.

Na Reunião do Conselho Estadual, passou a fazer uma propaganda contra a greve, dizendo que obtemos vitória, e que as categorias em greve ou que fizeram greve, a exemplo da saúde, estavam sendo reprimidas pelo governo e que nós que não fizemos greve, que não lutamos, não somos reprimidos. Afirmam ainda que com as negociações o governo nos deu uma grande conquista.

A diretoria da AFUSE cumpre o papel de traidores da classe trabalhadora. Para a diretoria do sindicato é melhor as migalhas (ela não vive com este salário arrochado), é melhor tomar uns cafezinhos com o governo, rebaixar as reivindicações, dividir a classe e atacar o método de luta dos trabalhadores em geral

### A questão do salário e da falta de funcionários na Educação

O governo FHC impõe o arrocho de salários para poder com o dinheiro, que

deveria ser dado a nós, manter seus compromissos com os banqueiros internacionais, pagando as dívidas externa e interna.

O arrocho salarial atinge a todos os operários, bancários, professores, porém em nossa categoria existe ainda um agravante que permite o aprofundamento deste arrocho que é a falta de funcionários, tanto nas escolas quanto nas delegacias de ensino.

O governo tem utilizado como paliativo a Frente de Trabalho, pagando-lhes um salário de fome. Outra idéia é o trabalho voluntário de todo o tipo: Amigos da Escola, Igrejas etc.

Tudo para cobrir os 29 mil funcionários demitidos nestes últimos anos.

### A posição da Diretoria (Articulação)

A diretoria do sindicato (dirigida pela Articulação) afirma que reclama com o governo do uso da Frente de Trabalho em substituição aos Trabalhadores da Educação porém o governo responde: "tem de provar" "Filmar". Com isto, a diretoria sindical se nega a fazer uma denúncia contundente ao projeto Frente de Trabalho, aceitando o arrocho imposto com a desculpa de que, sem ela, haveria mais desempregados. Mais uma vez a diretoria se apega aos argumentos do governo para não chamar a luta.

Enquanto isso a política educacional para os funcionários da educação são os

Amigos da Escola, (que é a expressão do trabalho voluntário).

Não iremos dizer que esta diretoria não faz nada. Pois ela sabe fazer muito bem, tudo contra a luta dos trabalhadores: separa o quadro QAE do QSE, negocia migalhas, com negociações infundáveis; fala contra o método de luta, que impõe a força coletiva dos trabalhadores que é a greve; utiliza todo o dinheiro do sindicato para construir uma colônia de férias, ilude os trabalhadores com cooperativas de crédito - gerando mais desconto na nossa folha de pagamento - e aumentando o dinheiro para manter seus privilégios.

Esta aí a política de conciliação de classes da diretoria (Articulação) da AFUSE.

### A Necessidade de Construir uma Oposição de Luta que tenha como alicerce o método da luta de classes

Este período é de eleições para os Conselhos Regional e Estadual, um momento propício para iniciarmos a discussão do programa revolucionário de atuação no sindicato e a construção da Corrente Proletária na categoria. Este programa deve partir da defesa da Democracia Sindical (decisões tomadas em reuniões coletivas da classe, que são as assembleias regionais e estadual), do Método da greve, e da luta pelas reivindicações mais sentidas pela classe. Sem ilusões na justiça burguesa e no parlamento.

# Fundações têm de ser barradas para evitar a privatização

Aproxima-se o dia 4 de setembro, em que a burocracia universitária da USP tentará aprovar a regulamentação das fundações. A data é em meio a um feriado prolongado na universidade (Independência do Brasil), em que não há aulas. É um meio de tentar manter afastados dessa decisão os estudantes.

As fundações são um mecanismo de privatização da universidade. Não são elas, mas os chamados centros de estudos e de línguas, subordinados formalmente à burocracia universitária, servem ao propósito da privatização.

Todas essas organizações existem há anos na universidade, porém somente agora se pretende a regulamentação geral delas. E por quê? Porque a crise econômica obriga o governo, por imposição do FMI e Banco Mundial, a cortar despesas públicas e preparar o Estado para assumir em maior grau o sustento do parasitismo financeiro. E a privatização da universidade é o caminho para cortar gastos com o ensino público superior.

Por meio das fundações, a universidade pode ser retalhada por área de atuação, e assim estabelecer vínculos diretos com grupos privados, que direcionam o ensino e pesquisa para o lucro.

As denúncias de corrupção e promiscuidade administrativa nas fundações

são inúmeras. A FIA, da FEA/USP, apoiou a campanha de Paulo Maluf; professores contratados para regime integral na USP dedicam a maior parte do tempo às fundações, que lhes pagam várias vezes o valor do salário; a Fundac (ECA) foi constituída com sucata como se ela valesse alguma coisa, e há denúncias de centenas de milhares de reais que desapareceram das contas da unidade.

O problema é que a maioria das direções do movimento estudantil e de professores está colocando a questão das fundações como entidades corruptas e nefastas, mas secundarizam ou deixam de lado a questão da privatização. É como se o problema fosse de gerenciamento ou direcionamento das fundações. Bastaria que fossem transparentes e honestas para deixá-las existir. E isso traz essa confusão para os estudantes, que podem concluir que é necessário regulamentá-las, que é o que afirma pretender a burocracia universitária!!!

As fundações têm de ser rejeitadas pelo movimento estudantil como mecanismo de privatização. É por elas e outros mecanismos semelhantes que se pretende privatizar a universidade, instituindo até mesmo cursos de graduação pagos. O episódio da Fipecafi, que recentemente teve bloqueada sua tentativa

de iniciar o primeiro curso de graduação pago na USP, é um sintoma de que há uma fração da burocracia que pretende radicalizar e instituir o ensino pago imediatamente. Outra fração quer chegar lá progressivamente.

Ou os estudantes reagem a esse ataque com paralisações, mobilização e greve da comunidade, e colocam o problema para o conjunto do movimento, principalmente o movimento operário, ou a privatização se imporá.

É preciso ficar claro que essa questão divide a comunidade universitária, pois há uma camada de professores e estudantes que se favorece financeiramente com as fundações e será um obstáculo para a luta contra elas. Apregoarão a história da moralização e transparência necessárias às fundações para defender interesses próprios e mesquinhos.

O movimento tem de aprovar uma política clara de combate às fundações por princípio, por serem mecanismos de privatização, e baseada no método da mobilização.

Nossa bandeira: fim das fundações, controle da universidade por estudantes, professores e funcionários, expulsão da burocracia privatista, estatização de toda rede particular sem indenização, sistema único de ensino público, portanto, laico e vinculado à produção social.

## Balanço do 7º Coneg da UBES

Nos dias 17, 18 e 19/8, a UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) chamou um Coneg (Conselho Nacional de Entidades Gerais). A situação exige uma resposta do movimento estudantil, e o Coneg poderia contribuir muito para isso, mas a sua direção estalinista (PCdoB), que burocratiza a UBES, o anulou como instrumento de preparação da luta estudantil.

O PCdoB afirma que os problemas sofridos pelos estudantes são causados pelos "maus governantes". Portanto, bastaria trocar de governos e esses problemas seriam resolvidos. O estalinismo esconde assim a verdadeira causa desses problemas: a crise do capitalismo, que obriga os governos a destruírem a edu-

cação pública em benefício dos tubarões do ensino pago e do parasitismo financeiro sobre a dívida pública. De acordo com a política estalinista, é necessária apenas a mudança de governo para que as coisas melhorem, e assim iludem mais uma vez os estudantes com a demagogia eleitoral, dizendo que é possível um governo mais "humano" em parceria com a "burguesia progressista".

A direção da UBES fez de tudo para conter os estudantes por meio de um "funil" (o bloqueio imposto pela direção para que não se pudesse falar), com a desculpa de que todos os que falavam eram eleitos pela base. Na verdade, todos sabem como são formadas as delegações do PCdoB: com a manipulação e

engano a partir de promessas de festas, bebida, festas, transporte etc.

O burocratismo se manifestou desde a formação dos grupos de discussão ("painéis") até a votação de propostas.

Nos grupos, a direção defendeu o eixo das eleições de 2002, contrapôs-se a convocar imediatamente um Congresso para organizar a greve nacional da educação, defendeu um "controle social" sobre o ensino pago, contrapôs-se à estatização da rede particular e ensino público e gratuito para todos.

As propostas não tinham como ser apresentadas nos grupos, monopolizados pelos figurões convidados pela direção da UBES, e aquelas que iam à votação em plenário eram decididas

pela "comissão de sistematização", com tudo preparado para evitar a livre manifestação das bases por meio de destaques e críticas.

Um exemplo foi no destaque em relação a carteirinha de meia entrada: a direção, juntamente com seus "seguranças", fizeram de tudo para conter as falas dos estudantes convidados, que gritavam

"fim do monopólio", pois, em documento que a direção distribuiu para os estudantes, o PCdoB dizia que a MP (medida provisória) era uma medida para acabar com o movimento estudantil (vide matéria neste jornal).

A ausência de uma fração revolucionária estruturada no movimento estudantil resultou no debate tático entre o

estalinismo e a oposição reformista e centrada, ao redor de calendário eleitoral e disputa de aparelho.

É necessário construir uma fração revolucionária na UBES, baseada num programa proletário, para varrer com a burocracia a partir da mobilização geral dos estudantes e democracia estudantil.

## Manifesto ao Coneg da UBES

O Coneg da UBES acontece em meio a uma situação política amplamente favorável ao desenvolvimento das lutas estudantis e do movimento operário e popular contra o governo. FHC está profundamente desgastado diante das massas, os partidos burgueses estão em crise, divididos e mergulhados nas denúncias de corrupção. A capacidade repressiva estatal está enfraquecida pela crise nas PMs, que em vários estados se levantaram em greve. A ofensiva do governo contra a educação ocupa as páginas dos jornais e os estudantes a sentem na pele, nas salas de aula (quando conseguem entrar numa).

Mas tudo indica que este Coneg não poderá responder a contento essa situação. Pra começar, está organizado sobre a base de painéis de discussão. O que significa que os grupos terão "figurões" que darão palestras aos estudantes e que pouco se poderá discutir e propor para a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. A substituição dos verdadeiros grupos de discussão, em que se podiam apresentar posições políticas e propostas, pelos "painéis", é parte da burocratização da UBES, realizada pela sua direção majoritária, o PCdoB. E se completa com o controle burocrático das delegações, manipuladas como gado em troca de favores.

Apresentamos neste manifesto um pequeno texto de debate sobre os temas em discussão.

O tema do primeiro grupo de discussão deste Coneg é a situação política: "A implementação do projeto neoliberal na América Latina e o Governo FHC".

O projeto neoliberal é a política ditada pelos organismos internacionais (FMI, Banco Mundial etc.) para o Brasil e para as demais nações oprimidas. Essa política atende aos interesses do capital financei-

ro internacional. E o governo FHC se esforça em aplicá-la.

Sua essência: abertura da economia às mercadorias e capitais externos; privatizações; mais impostos e cortes nos gastos públicos, ambos em benefício do parasitismo financeiro; arrocho e congelamento salarial.

Suas conseqüências: recessão e fechamento de postos de trabalho; aumento das tarifas; destruição da saúde, educação e previdência públicas; desemprego e miséria. Enfim, aumento da opressão nacional e social.

O que é preciso: unir nacionalmente os movimentos operário, camponês, estudantil e popular, sob a liderança do proletariado, para derrubar integralmente o plano neoliberal. Isso só poderá ser feito com a força da mobilização.

O problema: as direções dos movimentos ou apóiam a política do governo (por exemplo, a Força Sindical) ou criticam apenas seus aspectos (direção da CUT, PT etc.), afirmando que é possível reformá-la através das eleições, do parlamento etc.

O papel dos estudantes: sair às ruas e defender o programa proletário da luta antiimperialista e anticapitalista. Chamar a unidade dos movimentos ao redor desse programa.

### **O tema educação abrange os seguintes tópicos:**

#### **1. Um balanço do Governo FHC na educação básica pública**

A educação para todos é um direito democrático elementar que não é respeitado no Brasil e na maioria dos países do mundo. No governo FHC, constatamos a redução dos gastos na educação e o favorecimento do ensino pago, desde o ensino básico até o superior. Essa política é aplicada pelos governos dos estados e

municípios que controlam o ensino médio. O resultado: dezenas de milhares de professores demitidos, salários miseráveis aos que trabalham, cortes de direitos, salas superlotadas, falta de vagas nos locais necessários aos estudantes trabalhadores, menos disciplinas oferecidas, avaliações docentes para demissões e cortes de verbas, enfim, sucateamento geral da educação. Tudo isso para que o dinheiro que deveria ser gasto na educação fosse desviado para sustentar o parasitismo financeiro.

#### **2. Propostas para qualificar e regulamentar o ensino privado**

O título deste tópico já contém a política da direção da UBES: preservar o ensino pago, tentando regulamentá-lo, contê-lo. Poderia ser ilusão, mas não é. O ensino pago é a mercantilização da educação. Com o ensino pago, a educação é mercadoria e dessa forma é regida pelas leis de mercado. A dinâmica do capitalismo exige que o capital investido seja ampliado. Portanto exige o crescimento do ensino pago, o que ocorre em detrimento do ensino público. A existência de ambos só acontece temporariamente. No fim, só resta um. A garantia do ensino público para todos depende de estatizar totalmente a rede privada, sob controle de professores, funcionários, estudantes e pais. Aceitar a existência do ensino pago é aceitar que ele continue a avançar e que o público continue a recuar.

A defesa das reivindicações dos estudantes das escolas particulares tem de ser ponto de partida na luta pela estatização, por isso devem fazer parte do programa de luta dos estudantes das escolas públicas.

#### **3. Os rumos da educação profissional no Brasil**

A educação, no capitalismo, é deformada com a separação entre a teoria e a

prática. Essa separação é decorrente da divisão social do trabalho, da especialização e da contradição entre a socialização da produção e sua apropriação privada.

Em momentos de desenvolvimento capitalista, havia interesse em constituir escolas profissionalizantes para ter mão-de-obra qualificada necessária para as empresas.

Hoje, a crise mundial capitalista não mais necessita ampliar significativamente a força de trabalho qualificada. Os capitalistas e seus governos destroem o ensino profissionalizante e transformam o que resta dele num negócio lucrativo.

É isso que têm sofrido as escolas profissionalizantes: sucateamento e privatização. A defesa das escolas profissionalizantes públicas estatais é parte da luta mais geral por um ensino público, gratuito, laico, único e vinculado à produção social, que finalmente una a teoria e a prática. Isso é parte da luta pela destruição

do capitalismo e construção do socialismo.

#### **4. Democratização do acesso ao ensino superior**

Os vestibulares são um instrumento de exclusão social e favorecimento do ensino pago. Por eles, a maioria dos estudantes é excluída do acesso ao direito democrático elementar do ensino superior, e é destinada às faculdades pagas. A bandeira democrática é a do fim dos vestibulares e livre acesso às universidades para todos. Depende de estatizar a rede particular sob controle da comunidade universitária para estender o direito a todos. O papel do governo é sustentar economicamente e não interferir nos rumos das universidades, que devem ser decididos democraticamente pela comunidade de alunos, professores e funcionários.

#### **Movimento Estudantil:**

A UBES está sob a direção do PCdoB, partido estalinista que é parte da frente encabeçada pelo reformismo petista. Essa

direção atua sob a mesma perspectiva eleitoreira e reformista do PT. Burocratiza a UBES porque não pode expressar as reivindicações e interesses estudantis, sua política está em contradição com os anseios das bases estudantis e por isso tem de manter os estudantes afastados das decisões. Sua meta é colocar a UBES como instrumento para a disputa eleitoral e a pressão institucional e parlamentar. O monopólio das carteirinhas, que é a cobrança por um direito, serve para sustentar essa burocracia no controle da entidade. A democratização da UBES depende dos estudantes se levantarem e saírem às ruas em luta pelas reivindicações. Isso colocará a necessidade de ter sua organização nacional democratizada. A construção de uma nova direção, sobre a base de um programa proletário, é condição para isso. Para colocá-la como elemento da luta pela destruição revolucionária do capitalismo e construção do socialismo.

## **Governo federal acaba com monopólio das carteirinhas da UNE e UBES**

No último dia 17/08, o vice-presidente em exercício Marco Maciel assinou uma medida provisória acabando com o monopólio das carteirinhas de meia-entrada, até então nas mãos da UBES e UNE. A partir de agora, os estudantes poderão usufruir da meia-entrada apenas com identificação escolar, e os menores de 18 anos, apenas com a identidade.

A direção estalinista está desesperada. São mais de 7 milhões de reais que são faturados e enchem as contas das entidades, que são manipulados pela burocracia para permanecer no controle das entidades.

A oposição reformista e centrista comemorou, pois conta com o enfraquecimento do aparelho para tomá-lo do PCdoB.

O que essas correntes ignoram é que se trata de uma intervenção do governo sobre o movimento estudantil. Quem tem de determinar sobre o uso da carteirinha e a utilização do direito à meia-entrada é o movimento estudantil, em seus fóruns (congressos, assembleias etc.) e não o governo. Se antes a carteirinha era obrigatória com base nos acordos assinados entre a burocracia do PCdoB e o governo, agora o direito à meia-entrada também é condicionado pelo governo.

A posição dos revolucionários é defesa da autonomia e independência política, organizativa e econômica das entidades estudantis em relação à burguesia, seus governos e partidos.

Por isso, defendemos que as organizações gerais dos estudantes têm de ser sustentadas pelos próprios estudantes voluntariamente, com filiação e campanhas financeiras. Não devem receber nenhum tostão dos capitalistas, suas empresas, governos ou partidos. A democracia estudantil é a condição para que as organizações sejam independentes e de luta. A origem da burocratização e corrupção dos dirigentes burocráticos está na política das correntes que dirigem o movimento, baseadas no reformismo eleitoreiro, na política de conciliação de classes. Essa política está em contradição com os anseios dos estudantes e por isso a burocracia que dirige as entidades tem de manter os estudantes afastados e montar o sustento financeiro de modo independente dos estudantes e dependente dos capitalistas.

O direito à meia-entrada tem sido constantemente ameaçado pelos governantes e capitalistas justamente porque não está baseado na força da mobilização estudantil, mas nos acordos da burocracia com os governos. A burocracia estalinista chora pelo "leite derramado", mas se esquece que foi essa mesma burocracia quem negociou o monopólio das carteirinhas com o governo e assim colocou o direito nas mãos dos governos, através dos acordos construídos com eles ao longo dos últimos dez anos.

**Miiiite no PÔR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.**

**Discuta nosso programa.**

**CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO**

**Mossoró-RN**

## **Direção Do SINTE regional canaliza insatisfação da categoria para o eleitoralismo burguês**

A assembléia dos professores do Estado na AABB contou com cerca de 350 participantes. A assembléia caracterizou-se pela unificação burocrática dos trabalhadores e o reforço das ilusões democráticas.

A unificação burocrática deu-se porque ao invés das assembléias, atos, passeatas, comando de luta conjuntas, as direções reformistas unificam as categorias pela presença das diretorias dos sindicatos presentes na assembléia de cada

categoria. A unificação, ao invés de se dar pela base, ocorre pela cúpula. Esta atitude é resultado de uma política que se distancia dos anseios das massas.

A direção do SINTE regional (PT e PC do B), além disso, utilizou de seus "informes" e falações para defender a CPI da corrupção para apurar denúncias do governo burguês local de turno.

A Corrente Proletária na Educação participou da assembléia com panfleto próprio e defendeu em suas falações a

unificação pela base da categoria, a greve dos educadores como parte da greve geral em nosso País, denunciou as ilusões parlamentares fortalecidas pelo reformismo e estalinismo lembrando aos trabalhadores que a corrupção é própria da organização burguesa do Estado e somente os explorados podem investigar e punir os crimes da burguesia e não o seu parlamento e consortes.

Abaixo, a nota da Corrente Proletária:

## **GREVE NA EDUCAÇÃO COMO PARTE DA GREVE GERAL NO BRASIL**

O governo Garibaldi Alves(PMDB) segue à risca a política nacional de FHC(PSDB/PFL) ditada pelo Banco Mundial/FMI. A Lei de Responsabilidade Fiscal é o instrumento legal para os governos manterem o arrocho salarial em prol do pagamento da dívida externa, que enriquece o capital internacional. A proposta que o governo enviou para a Assembléia é uma forma de acabar com o abono, para retirar proveito eleitoral, sem mexer no arrocho salarial.

Esta política tem piorado as condições sociais dos trabalhadores levando-os a greve. Só no Estado são os policiais civis e militares e os funcionários federais. O momento é favorável, o

governo está acuado pelas denúncias de corrupção e os trabalhadores de vários Estados entram na luta. Os governos atuam unidos, o arrocho salarial é a pedra fundamental de sua política, os trabalhadores também devem marchar coletivamente. Somente a luta unida nacionalmente dos trabalhadores poderão derrotar a política governamental.

Para superar as lutas fragmentadas é preciso derrotar as direções reformistas do PT e PC do B. A oposição reformista utiliza as lutas para canalizar as insatisfações para as eleições, empurram o movimento para dentro da Assembléia para ver seus políticos e os da burguesia encenarem no seu Teatro(Assembléia), cola-

boram com a burguesia para iludir os trabalhadores de que um outro governo seria melhor, etc. São Getúlio Rêgo(PFL), José Adécio, Leonardo Arruda(PDT), etc da vida, alguns homens da ditadura militar de ontem e defensores do arrocho salarial na época dos Maias, apresentados como preocupados com a situação do povo explorado.

Construir uma direção revolucionária é erguer a greve dos educadores do Estado como parte da greve geral no Brasil, unificar os trabalhadores, sustentar-se na ação direta das massas e que não colabora com a burguesia.

CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

## **O processo de privatização do ensino superior**

A burguesia privatiza a educação pública através de sua política de sucateamento e, conseqüente, fortalecimento do setor privado.

A Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) está passando por este processo de sucateamento. O arrocho salarial dos professores chega a uma defasagem de mais de 216%. Um professor tem seu salário base abaixo de um policial militar do município. Esta situação tem ocasionado greves que, jun-

tamente com a diminuição de verbas, avaliações baixas nos provões do MEC (entre C e D em dezembro do ano passado) fazem parte do quadro de deteriorização da UERN.

Este quadro já permitiu a inicialização de duas universidades particulares. Os capitalistas do ensino pensam em poder atender aos inúmeros estudantes que ficam de fora pelo vestibular do ensino público e aproveitar-se do grande arrocho salarial para formar seu quadro

docente. Um professor da Universidade do Mather Christie recebe, por uma disciplina de 4 créditos, R\$ 1400 reais, enquanto que na UERN um professor doutor com dedicação exclusiva recebe 1300 reais (dados da Reitoria).

A defesa do ensino público superior passa pela luta contra as políticas governamentais de sucateamento e favorecimento do ensino pago, enfim, na luta pela destruição do governo e sistema capitalista.

# UERN - Reitor da burguesia é eleito em contraposição ao voto da comunidade universitária

O professor Walter Fonseca, filiado ao PMDB e apoiado pela fração dos rosados ligados a Sandra e Laíre, foi reeleito reitor da

UERN mesmo obtendo a minoria dos votos da comunidade universitária. O problema é que o voto proporcional, que garante a do-

minação burguesa nas universidades através do arbítrio da burocracia universitária, indica a vitória do reitor da burguesia.

## QUADRO DOS VOTOS PARA REITOR

	WALTER	LÚCIO	BRAN/NULOS	TOTAL
PROFESSORES	212	146	14	372
ALUNOS	2.347	3.008	102	5.457
FUNCIONÁRIO	288	134	09	431
TOTAL	2.847	3.288	125	6.260

FONTE: INFORMATIVO DA UERN, ABRIL/2001 (ÓRGÃO MANTIDO PELA REITORIA)

Somente quando o Poder Estudantil estiver imperando nas universidades, é que a vontade da comunidade

universitária irá prevalecer, assim, poder-se-á falar de democracia. Caso contrário, o que se vê no quadro acima se

repetirá, a eleição dos partidários burgueses em detrimento dos votos da maioria.

# Resumo das Obras Completas de Guillermo Lora

Apresentamos a seguir um resumo dos livros das Obras Completas de Guillermo Lora. A partir da leitura dos livros desta coleção, podemos perceber como se coloca a implantação do programa revolucionário nas massas. Como, passo a passo, devem ser estudadas as particularidades nacionais e aplicadas à realidade.

### Volume VIII (1958-1959)

Os artigos deste tomo iniciam mostrando que o ascenso, analisado no volume anterior continua com as ondas grevistas, a Conferência Mineira de Catavi (novembro de 58), o Ampliado Mineiro de fevereiro de 59, a Conferência Mineira de Oruro (março de 59) e no estouro da grande greve mineira (início de 59) e na prisão de Lora nesta época.

Neste tomo se encontra reproduzido o folheto "O que é e o que quer o POR" uma síntese programática do Partido Revolucionário.

### Volume IX (1959)

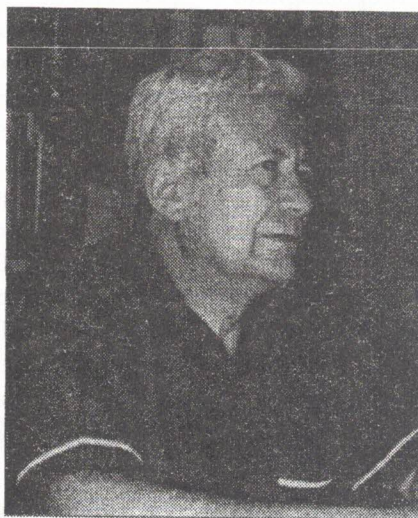
Neste tomo foram transcritos uma série de folhetos importantes para a penetração do partido nas massas:

a) "Sobre a Revolução Permanente" mostra como o conceito da revolução permanente vem desde Marx e Engels. Ele foi utilizado por Lenin e sistematizado por Trotsky em sua análise da Revolução Russa. Descreve também como os conceitos da revolução permanente foram colocados nos documentos básicos da III Internacional, como o estalinismo os degenerou e como se dá a revolução permanente na Bolívia.

b) "O Que é o Trotskismo?" comenta os documentos básicos do trotskismo, a história da oposição de esquerda e a campanha antitrotskista.

c) "Notas Sobre a Revolução Permanente" (Comentários a Algumas Críticas) Comentam as críticas de Bukarin, Zinoviev, Preobazhensky sobre a teoria da revolução permanente.

d) "Controle Operário" comenta a questão do controle operário e da duali-



dade de poder, buscando analisar o caso do MNR na administração das minas em que um dirigente eleito controla individualmente e separado da base, ao que as Teses de Pulacayo respondem com o controle coletivo da produção através dos comitês.

e) "Porque Combater o MNR" que mostra a crítica revolucionária ao nacionalismo, mostrando que este não é o partido da classe operária

f) "Sindicatos e Revolução" mostra como surgiram os sindicatos, diferenças entre sindicatos e partido, os sindicatos na Bolívia, o papel dirigente do proletariado e comenta a diferença entre a política do POR e do MNR para os sindicatos.

Também neste tomo encontramos "A História do jornal "Masas" transcrito no jornal Masas n.º 100



## HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO NO BRASIL

# PARTE I 5: DÉCADA DE 80: CRISE ECONÔMICA E ASCENSÃO DO MOVIMENTO OPERÁRIO

A década de 70 é marcada pelo crescimento da economia brasileira, dentre outros fatores, impulsionada pela crescente penetração do capital estrangeiro, através de empréstimos e investimentos de empresas multinacionais. Combinada a este crescimento econômico está a ampliação do achatamento salarial da grande maioria dos trabalhadores, que ficam a mercê dos mecanismos de correção salarial criados pelo Estado burguês e a contenção, através da repressão sindical e intervenção nos sindicatos, do movimento operário.

O período conhecido como “Milagre Econômico” beneficiou o rápido enriquecimento da burguesia, de amplos setores da classe média e alguns setores do proletariado urbano e fabril, concentrados nas maiores e modernas indústrias, que exigiam uma mão-de-obra mais especializada. Por outro lado, esta fase de crescimento facilitou a investida da ditadura, com seus métodos repressivos (mortes, torturas, condenações à prisão etc), sobre as organizações operárias que representavam a classe trabalhadora, como também criou uma base de apoio para a efetivação dos projetos políticos e econômicos da burguesia internacional e nacional no País.

A partir da crise do modelo imposto durante o “Milagre Econômico”, o resultado para a maioria da classe trabalhadora foi a piora de suas condições de vida e o aumento da insatisfação, que se refletiu em saques, quebra-quebras, passeatas, assembleias e greves fora dos sindicatos oficiais. Na década de 80, o Brasil contava com aproximadamente 10 milhões de operários na indústria e quase o mesmo tanto de assalariados rurais (bó-

as-frias, diárias, etc). Em 1983, o desemprego batia na casa dos 15% e a inflação chegou ao patamar de 250% ao ano.

Esta insatisfação generalizada, fruto da política sindical promovida pelas direções pelegas que ocupavam a maioria dos sindicatos no Brasil, dava-se através de manifestações diversas e de maneira espontânea, ou seja, sem qualquer direção política que encaminhasse estas insatisfações para uma luta organizada contra o regime. Conseqüência da descrença dos trabalhadores em seus organismos de classe e pela ausência de um partido revolucionário que impulsionasse essa luta para o campo político, que levasse as massas descontentes a um enfrentamento radicalizado e unificado contra a burguesia e seu Estado.

Algumas frações da burguesia nacional, por seu lado, considerando a crise do regime político, e para tentar conter a crise econômica, passam a reivindicar a abertura democrática, assim como a formação de partidos políticos representativos de suas frações e grupos, que pudessem levar expressar seus interesses políticos e econômicos.

Concomitante a esta crise conjuntural vivida pelo País, reflexo da crise maior do capitalismo internacional, algumas categorias do operariado fabril passam a tomar a frente na organização da luta dos trabalhadores, desvinculando-se do sindicalismo oficial que marca o período de fortalecimento do regime militar. O germe da retomada do ascenso operário se concentra na região do ABC paulista, Osasco, Guarulhos e Capital. No ABC paulista, a luta é organizada em movimentos massivos

centralizados nos sindicatos, enquanto que nas outras regiões e São Paulo impera a democracia de base, construída nas comissões de base e nos comandos eleitos nas fábricas.

O avanço destas novas formas de organização de enfrentamento ao sindicalismo oficial pelego levam à divisão no campo da luta sindical e de sua unificação. Os reformistas, concentrados na aliança de alguns setores da esquerda PCB, MR-8 e no PC do B, defensores da manutenção da estrutura sindical existente e da rígida centralização dos trabalhadores em torno dos sindicatos, federações e confederações, fundam a Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), visando uma aliança da classe trabalhadora com os setores “progressistas” da burguesia nacional para tirar o Brasil da crise econômica vigente. A chamada ala “combativa” do movimento operário, composta pelos “autênticos” e pela oposição sindical, construiu duas formas de organização geral: a sindical, unificada na Central Única dos Trabalhadores (CUT) e, juntamente com o setor reformista da Igreja, parlamentares e intelectuais originários da crise do estalinismo, a partidária, com a criação do Partido dos Trabalhadores (PT).

Sendo assim, a trajetória do movimento operário brasileiro toma um “novo” curso contra a ditadura militar, em um momento em que o regime passava por uma crise estrutural profunda, que o conduzirá ao esgotamento. Para tanto, era necessário, em seu processo de transição, definir diante das forças políticas que se formavam, qual das classes sociais iria conduzir esta transição.

## Ceará Mirim (RN) - Escola de Educação Marxista

A Corrente Proletária na Educação (POR) inicia a 2 parte da escola de educação marxista. O objetivo é aprofundar os conhecimentos acerca do materialismo histórico e a concepção de escola vinculada à produção social.

Os temas foram divididos da seguinte forma:

18/agosto -O materialismo histórico e as superestruturas ideológicas;

1/setembro - Teoria marxista da educação, cap.II- livro I: a) o capitalismo como estágio do desenvolvimento histórico; b) o homem e a divisão do trabalho; c) a situação do proletariado; d) o problema do tempo livre na sociedade capitalista; e) a derrubada da ordem classista

e a libertação do homem;

15/setembro- Teoria marxista da educação, cap. VII- livro III: a) a posição social do materialismo metafísico; b) crítica do materialismo sensorialista; c) conclusões pedagógicas da crítica do materialismo sensorialista; d) crítica da filosofia de Feuerbach; e) crítica da pedagogia da “reforma da consciência”; f) as características da pedagogia socialista;

29/9- Teoria marxista da educação, cap. VIII: a) a questão da personalidade; b) a crítica da pedagogia individualista de Stirner e o seu conteúdo; c) a crítica da pedagogia dos utópicos; d) crítica dos fundamentos do idealismo de Stirner; e) o problema do desenvolvimento do ho-

mem e de suas capacidades; f) o problema do ideal educativo;

13/10- Teoria marxista da educação, cap. IX- livro III: a) a pedagogia burguesa antes de Marx; b) principais tendências do posterior desenvolvimento da pedagogia; c) característica geral do significado de Marx e Engels para a pedagogia; d) a teoria metafísica da essência do homem; e) a crítica da “essência” do homem; f) a teoria existencialista do homem; g) crítica da teoria existencialista do homem; h) a pedagogia da prática revolucionária.

A escola marxista é um trabalho de formação política no sentido de preparar a militância revolucionária para a luta de classe.

## O Partido e sua Organização

Prosseguimos com a série de textos de formação escritos por Guillermo Lora, iniciada no Massas n.º 160.

Devemos lembrar que este livro foi editado em 1983, mas seus capítulos apareceram anteriormente separados. De um modo geral, retrata o período da ditadura García Meza (71) e o processo de abertura logo a seguir(77).

Este capítulo está inserido no segundo momento, em que o Partido tem de se readequar organizativamente para aproveitar todos os espaços que o regime abre, para ampliar seu trabalho com as massas e principalmente a incorporação da nova militância. Nesta parte, é colocado como se deve preparar a militância para a incorporação de militantes.

### **Manual do Organizador Incorporação Massiva de Militantes (VII)**

O Simpatizante que foi cooptado deve ser orientado, desde o início, a buscar novos contatos e a transformá-los em simpatizantes. Isto não é impossível. Um companheiro que se aproxima da organização tem muitos contatos que se vão perdendo na medida em que este se politiza e se define como trotskista. Devemos orientar o simpatizante a esgotar todas as possibilidades de evoluir estes contatos que podemos chamar de naturais; ensinar a transmitir os conhecimentos que adquire e organizar seus contatos. A difusão e a correta utilização da imprensa partidária pode ajudar em muito para o cumprimento desta tarefa. É isto que devemos ensinar aos simpatizantes, mas por enquanto fazemos o contrário: não combatemos a tendência ao isolamento dos simpatizantes, os submergimos no novo mundo porista e nada além disso.

O simpatizante deve ser educado e treinado desde o primeiro dia para que possa transformar os novos contatos em simpatizantes. Assim imediatamente o simpatizante deve ser integrado a uma pré-célula ou a uma célula de simpatizantes. Nestes organismos se ensinará como deve transmitir os conhecimentos indispensáveis que deve ter um simpatizante e mediante a contínua crítica de seu trabalho isto será aperfeiçoado.

Ao simpatizante, serão entregues os documentos fundamentais "Elementos do Marxismo" e o "Curso de Capacitação de Operários" (além da síntese do programa do POR e as teses sindicais), com isto poderão ser elaborados esquemas de palestras aos contatos, que de-

vem ser debatidos na célula.

Devemos ter o cuidado de não cair nos vícios de dar palestras abstratas, difíceis em linguagem rebuscada ou pedante; devemos nos esmerar para vincular os princípios programáticos do POR com os problemas que diariamente os contatos enfrentam em sua atividade diária. Para os contatos operários, poderão ser utilizados os documentos ideológicos do movimento sindical (como a Tese de Pulacayo e a Tese Política da COB) e para os estudantes todo nosso material sobre autonomia e outros problemas estudantis.

Indicamos aqui as linhas básicas de como devem ser educados os contatos para que se convertam em simpatizantes, os militantes das células devem concretizá-las e elaborar suas exposições de acordo com as características de cada pessoa que se trata de educar.

A base do que propomos é a seguinte: devemos evitar o costume pernicioso de que os simpatizantes e militantes entreguem seus contatos a algum dirigente que consideram como o único capacitado para organizá-los e educá-los, sendo que eles mesmos devem cumprir esta tarefa como parte de um trabalho de equipe da célula. As organizações paralelas e as células de simpatizantes (também as pré-células e os grupos de estudo) devem se mover sob o controle e direção das células de militantes.

Somente quando conseguirmos que os novos simpatizantes se dediquem desde o primeiro dia a trabalhar para formar novos militantes podemos dizer que abrimos o caminho para a capacitação multitudinária de militantes.

Repetimos que devemos tirar todas as vantagens das possibilidades de ampliar a influência partidária (primeiro

passo para a captação de novos militantes) inicial do simpatizante e do militante. Para isto devemos ensinar a que desde o primeiro momento os novos companheiros devem cumprir devidamente a tarefa de captar e educar novos companheiros. Todos devem ser transformados em organizadores.

Se a incorporação de simpatizantes e militantes ficam em poucas mãos, se somente alguns dirigentes sabem como atuar neste caso, a capacidade do partido de ampliação numérica fica limitada ao extremo; não se poderá passar da capacitação individual para a multitudinária. A regra é que todo militante e simpatizante devem atuar como organizadores, ter a capacidade e o treino que lhes permita a incorporação de novos contatos e simpatizantes.

As exposições para os companheiros novos devem ser breves, precisas e abarcar questões essenciais. Não é necessário, por exemplo, fazer uma longa descrição das idéias filosóficas e políticas (salvo em caso excepcional de que se trate de contatos com conhecimento de filosofia ou que tenham uma grande experiência em outros grupos). Esta forma de exposição será elaborada pelo organizador e pela sua célula, que desta forma lhe transmitirá toda experiência acumulada pelo Partido sobre esta questão.

Estamos dispostos a romper a limitação material com que nos chocamos na incorporação de novos militantes.

Não devemos partir da ilusão de que contatos, simpatizantes e militantes novos já sejam teóricos e políticos totalmente formados, que possuem o conhecimento de todos os meandros da política marxista, do programa e da experiência do POR. Trata-se de compa-

nheiros que conhecem as linhas gerais de nossa posição e que estão de acordo com elas. Seguirão sendo educados e formados no seio da célula e para eles o estudo e o balanço da atividade diária se converterá em uma norma para o resto de sua existência, o que permitirá alcançar os pontos mais altos da teoria. Expor o essencial de nosso programa não quer dizer que se deforme ou que se ocultem algumas de suas teses centrais. Trata-se de sintetizar os aspectos fundamentais e de pôr em relevo as passagens de maior importância. Uma discussão

proveitosa do programa deve ser realizada através da experiência do país, da classe operária e das particularidades do meio em que atuam os companheiros que se educam. Devemos fugir das explicações abstratas e cheias de pompas.

Por falta de experiência, de capacidade e por excesso de pedantismo, consideramos que os novos elementos como ouvintes passivos, que devem se limitar a escutar e a concordar toda vez que o grande orador diga as grandes verdades. Este método de ensino errado é um

obstáculo para a verdadeira formação dos novos. O organizador deve aproveitar a experiência vivida pelo contato a fim de tornar vivas as teses programáticas, fazê-las compreensíveis e explicar devidamente os problemas diários enfrentados pelo contato.

Às vezes existe a tendência de converter as discussões em disputas intermináveis, que quase sempre acabam destruindo o contato. A discussão deve ser feita de forma hábil e equilibrada para ter uma conclusão rápida e não ser cansativa.

## Bolívia

**A agudização da crise econômica e as massas famintas lutando obrigam a IV Internacional. Trata-se de uma tarefa impostergável**

# Viva a Revolução Proletária Mundial!

O estalinismo e o “socialismo em um só país” contra-revolucionários e francamente pró-burgueses têm concluído restaurando o capitalismo na Rússia. Perante a luta revolucionária do proletariado, esta catástrofe será somente um acidente no parto da sociedade comunista.

Para conseguir o triunfo da revolução proletária, sua afirmação e que se projete para a sociedade sem classes, sem explorados e nem exploradores, para a pátria universal, particularmente nos países capitalistas atrasados, temos de pôr em pé as seções-programa (que concretizem nas particularidades nacionais as leis gerais da revolução em nossa época, pontualizadas no “Programa de Transição”) da Quarta Internacional, le-

vantar as massas usando a tática da frente única antiimperialista (equivalente à frente única proletária, própria dos países capitalistas desenvolvidos).

Nos países latino-americanos, a ditadura do proletariado cumprirá as tarefas democráticas não cumpridas para transformá-las em socialistas.

A revolução social começará dentro das fronteiras nacionais (consequência do desenvolvimento desigual da consciência classista do proletariado), mas tem de necessariamente projetar-se no plano internacional. Já sabemos que “o socialismo em um só país” conduz à derrota do processo revolucionário.

O Partido Mundial da Revolução Socialista é a resposta à desintegração da

ordem social burguesa, ao descomunal crescimento das forças produtivas que desemboca na crise econômica estrutural do capitalismo, que ameaça sepultar a sociedade na barbárie.

Desde Marx até Trotsky, ensinaram que para conseguir maior desenvolvimento da sociedade e superar a chaga da divisão entre explorados e exploradores, de classes sociais e da ditadura dos poderosos contra a caricatura da “democracia” representativa, devemos voltar todos os nossos esforços para pôr em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista, garantia da vitória.

(Extraído do Jornal Massas, n.1772 - órgão do Partido Operário Revolucionário na Bolívia)

## Assassinato de Trotsky (20 de agosto de 1940)

O Partido Operário Revolucionário-programa tem sido estruturado no marxleninismo-trotskyismo

É-lhe estranho o culto à personalidade, um desvio tipicamente estalinista. Entre seus métodos organizativos contam-se a crítica e autocrítica permanentes e severas. Temos assimilado a teoria da revolução permanente de maneira crítica.

Os clássicos ensinam que a revolução devora seus filhos. Leon Trotsky caiu quando combatia o estalinismo reacionário e anti-marxista, que não duvidou em

varrer do cenário um dos maiores dirigentes da revolução de Outubro de 1917.

Corresponde ao partido esforçar-se em analisar de que maneira e em que medida tem assimilado as lições dos clássicos, entre eles de Trotsky.

Ao mesmo tempo, deve esforçar-se em divulgar os ensinamentos do marxleninismo-trotskyismo. É aconselhável que este trabalho seja realizado nas atuações públicas e através de publicações especiais". (Extraído do Jornal Massas, n.1772- órgão do POR da Bolívia)



## Argentina

# Derrotar o Ajuste Permanente ou “Lei de Déficit 0” votada pela Aliança, pelo PJ e pelos Partidos Provinciais

A seguir transcrevemos uma síntese de boletim programático escrito pelo POR argentino (15/08/01) sobre os recentes manifestações que ocorrem diariamente em todo o país.

A luta deve seguir, com verdadeiros piquetes e bloqueios de rodovias, com mais ocupações e greve geral até derrotar este ajuste perverso, até obrigá-los a devolver o que cortaram de nossos salários e aposentadorias, até obrigá-los a pagarem tudo que nos devem, até que comam seus próprios bônus lixo e que lhes imponhamos um aumento de salários para os trabalhadores públicos e privados e para as aposentadorias, para que pelo menos cheguem ao custo da cesta básica familiar, que é o mínimo que temos de ganhar para continuarmos subsistindo.

É urgente construir a unidade a partir das bases contra qualquer cálculo mesquinho, não daremos mais tréguas ao governo, não queremos que ninguém fique prometendo lutas que irão acontecer dentro de várias semanas ou meses, nem que deformem os piquetes de luta substituindo-os por medidas simbólicas que como sabemos só servem para anestesiar as lutas.

(...)

É o momento de coordenar todas as lutas para potencial nossas forças. Não dissipemos nenhum esforço. Vamos debater e decidir já, imediatamente, em nossas assembléias e congressos de piqueteiros regionais e nacional, fazendo sempre um balanço das últimas medidas.

Nada de esperar as eleições. São armadilhas para nos distrair e para nos fazer acreditar que participamos, que podemos castigar ou premiar nossos carrascos. A única coisa que põe medo ao regime não são os votos que possam perder seus partidos, mas a ação radicalizada de centenas de milhares de homens querendo resolver seus problemas com as próprias mãos e aplicando suas próprias resoluções coletivas.

(...)

O que queremos não são mais Frentes de Miséria mas, TRABALHO. Trabalho para todos os trabalhadores,

reduzindo a jornada de trabalho sem rebaixamento salarial, impedindo as horas extras, repartindo todas as horas de trabalho entre todos os trabalhadores sem afetar o salário.

Nesta luta, os trabalhadores que ainda têm seus postos de trabalho são essenciais. A pressão que exerce o exército de reserva de desempregados é monumental e é nele que os patrões se apóiam para superexplorá-los e reduzir o salário

(...)

### **Desconhecer a Dívida Externa**

Todos os ajustes são feitos para juntar dinheiro para pagar a dívida externa. Este é o câncer do país e temos de extirpá-lo de uma vez! Deste modo se vão a cada ano vários bilhões que nos tiram da boca, que tiram dos hospitais, da educação, da aposentadoria etc.. Para cumprir com os planos dos banqueiros internacionais e do Fundo Monetário Internacional (FMI) chegamos a este desastre social pelo qual passamos. É a principal causa do déficit do orçamento. Este é o momento para se acabar com a dívida, com os interesses monetários, com a pátria financeira que engole o país. Nos ameaçam que as contas bancárias e os bens argentinos cairão no exterior. Que caia tudo! Nenhum trabalhador tem conta no exterior. Que não inventem histórias como isolamento internacional, de que não haverá crédito, de que se fecharão os endeusados mercados etc. Tudo isto já está ocorrendo por termos aplicado sua política. Devemos nos apoiar nas lutas de milhões de trabalhadores em todo mundo e que sofrem problemas similares e que se rebelam contra a dominação imperialista.

(...)

### **Confiar em Nossas Próprias Forças e em Nossos Próprios Métodos**

Claro que para impor o desconheci-

mento da dívida externa, uma política verdadeiramente popular, falta vontade política, libertar-se dos partidos patronais, deixar de confiar nas eleições e nos parlamentos, que estão a seu serviço. Devemos apostar tudo em nossas próprias forças. A verdadeira democracia, a única democracia, é a que se exercita nas assembléias de trabalhadores, nas assembléias populares, nos bloqueios, onde o povo se prepara para resolver seu destino.

(...)

Temos que acabar com esta ditadura dos capitalistas antes que terminem com todos nós. O direito de rebelar-se por todos os meios frente a esta situação é irrenunciável. O direito a trabalhar, a comer, à educação, à saúde está por cima de todos os direitos porque está em jogo nossa sobrevivência.

Necessitamos por em pé uma poderosa Frente Única Antiimperialista que integre todas as reivindicações nacionais, democráticas e sociais da maioria oprimida; apoiando-nos unicamente nos métodos de ação direta com uma política independente. Não há outro futuro para os explorados, somente uma verdadeira revolução social que termine este estado de coisas e comece a construir o socialismo, em que o poder e as decisões estarão em nossas mãos, os que produzimos as riquezas. Quem afirma que terminar com a corrupção e arrecadar mais impostos solucionaria os problemas do país mente, porque para conseguí-lo precisaria expulsar os parasitas do poder.

Aos Cavallo – De La Rúa – Ruckauf – De La Sota não podemos dar mais nenhuma oportunidade. Não se trata de pressioná-los ou esperar que mudem de rumo, já os conhecemos, são capatazes dos grandes capitalistas. Tampouco temos de esperar que cumpram seu mandato, porque seu mandante já sabemos quem são.